

## TERMO DE REFÊRENCIA

### 1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria contábil e fiscal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação mostra-se necessária para garantir a plena operacionalização do Centro Materno Infantil - CMI, em estrita conformidade com as obrigações assumidas no Contrato de Gestão FMS nº 03/2025, celebrado entre o Instituto Nacional de Amparo à Modernização da Gestão Pública – IMODERNIZAR e o Município de Betim.

Trata-se de medida indispensável à continuidade e à eficiência dos serviços de saúde, notadamente no atendimento de urgência e emergência, cuja desassistência poderia comprometer gravemente a proteção da vida e da integridade física dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A contratação da Consultoria contábil e fiscal revela-se, portanto, imprescindível ao regular funcionamento da unidade, constituindo condição *sine qua non* para o cumprimento das metas assistenciais pactuadas e para a efetivação do direito fundamental à saúde, consagrado no artigo 6º e no artigo 196 da Constituição Federal de 1988.

### 3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

3.1. A prestação dos serviços de consultoria contábil e fiscal compreenderá, de forma contínua e integrada, as atividades descritas a seguir, sem prejuízo de outras correlatas necessárias ao adequado cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Gestão FMS nº 03/2025:

- a) Assessoria estratégica no planejamento contábil, fiscal e tributário da instituição, incluindo orientação para mitigação de riscos e otimização de procedimentos;
- b) Esclarecimento de dúvidas técnicas relativas à legislação contábil, fiscal, financeira e tributária aplicável às Organizações Sociais e às unidades públicas de saúde;

- c) Monitoramento permanente da legislação vigente, com emissão de alertas sobre alterações normativas, atos declaratórios, instruções e regulamentos impactantes na rotina contábil da unidade;
- d) Apoio na elaboração, revisão e análise das demonstrações contábeis e financeiras, incluindo balancetes mensais, razão contábil, livros auxiliares e demais demonstrativos exigidos pelo Município de Betim;
- e) Verificação da conformidade dos procedimentos contábeis, fiscais e tributários adotados pela CONTRATANTE, à luz das Normas Brasileiras de Contabilidade, do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) — quando pertinente — e das diretrizes estabelecidas pelo Contrato de Gestão;
- f) Acompanhamento técnico em fiscalizações e auditorias internas ou externas, incluindo atendimentos a demandas dos órgãos de controle, Comissão de Fiscalização do Contrato de Gestão, auditorias municipais, TCE/MG e demais instâncias competentes;
- g) Emissão de pareceres, notas técnicas, análises especializadas e relatórios contábeis, sempre que solicitado, com diagnóstico, fundamentos técnicos e recomendações objetivas;
- h) Análise contábil e fiscal dos processos de contratação de serviços e aquisições, especialmente para fins de verificação de enquadramento tributário, retenções obrigatórias e correta classificação contábil;
- i) Avaliação técnica das notas fiscais, incluindo conferência de retenções, verificação de enquadramento tributário, consistência das informações e aderência às exigências legais e contratuais;
- j) Consolidação, organização, validação e conciliação dos documentos contábeis, incluindo razão contábil, balancetes, extratos bancários, conciliações financeiras, relatórios de prestação de contas e demonstrativos enviados ao ente público;
- k) Apoio técnico integral à elaboração e sistematização da Prestação de Contas, incluindo orientações quanto ao padrão documental exigido pelo Município de Betim, estruturação dos anexos financeiros e adequação às exigências da Comissão de Fiscalização;

- l) Apoio à elaboração de projeções financeiras e análises gerenciais, quando necessárias ao acompanhamento da execução orçamentária do Contrato de Gestão;
- m) Auxílio na classificação, registro e acompanhamento de provisões contábeis, tais como férias, 13º salário, encargos e obrigações decorrentes da execução do contrato;
- n) Análise crítica da execução orçamentária e financeira, verificando adequação dos lançamentos, coerência das despesas e conformidade com as rubricas pactuadas no Contrato de Gestão;
- o) Acompanhamento das movimentações financeiras relacionadas às contas operacionais, conta de contingência e demais instrumentos previstos no Contrato de Gestão, garantindo aderência às normas municipais e às determinações da Secretaria Municipal de Saúde;
- p) Emissão de recomendações formais para correção de inconsistências, melhoria de processos e fortalecimento do controle interno contábil e fiscal da unidade.

#### 4. VIGÊNCIA E RESCISÃO

O contrato vigorará a partir 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, nos termos do prazo do CONTRATO DE GESTÃO N FMS03/2025, firmado para gestão do Centro Materno Infantil, com o MUNICÍPIO DE BETIM, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, prorrogando-se automaticamente enquanto este permanecer em vigor, desde que mantida a vantajosidade.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante o aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem qualquer ressarcimento pelas parcelas já pagas e sem prejuízo daquelas que estiverem em atraso.

Será considerado justa causa para a rescisão contratual, além dos previstos em lei, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial:

- a) Falência, concordata, dissolução ou liquidação de qualquer das partes;
- b) Inadimplência, por uma das partes, de quaisquer obrigações previstas no contrato, salvo em decorrência de caso fortuito ou força maior;
- c) Subcontratação ou cessão parcial ou total deste contrato a terceiros, sem autorização expressa da outra parte;

- d) Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.
- e) O CONTRATO também poderá ser rescindido caso o Contrato de Gestão firmado entre a CONTRATANTE e o MUNICÍPIO DE BETIM, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao Centro Materno Infantil, seja rescindido, por qualquer motivo e a qualquer tempo. Neste caso, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA neste sentido, não havendo, nesta hipótese cominação de multa ou indenização em razão de tal rescisão antecipada.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar juntamente com a proposta de preço os documentos abaixo descritos:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e atualizado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal e/ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede da empresa, compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, referente ao Estado da sede ou domicílio da CONTRATADA;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, referente ao Município da sede ou domicílio da CONTRATADA;
- g) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;
- i) Documentos de identificação pessoal do sócio representante legal.

## 6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o dia **20 (vinte)** do mês subsequente à efetiva prestação dos serviços, condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal e Boleto Bancário correspondentes;
- b) Relatório detalhado dos serviços executados ou fatura, devidamente carimbado e assinado pelo responsável da CONTRATADA, atestada por preposto da CONTRATANTE;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, referente ao Estado da sede ou domicílio da CONTRATADA;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, referente ao Município da sede ou domicílio da CONTRATADA;
- f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

6.2. O pagamento será efetuado preferencialmente mediante boleto bancário emitido pela CONTRATADA, admitindo-se, em caráter excepcional, a quitação por meio de PIX ou transferência bancária, desde que em instituição financeira previamente indicada.

6.3. O valor contratual inclui todos os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, impostos, taxas, tarifas, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto.

6.4. A CONTRATADA é responsável pela veracidade e correção das informações constantes dos documentos apresentados, não se eximindo de responsabilidade por eventuais erros ou omissões.

6.5. Nenhum pagamento efetuado isentará a CONTRATADA do integral cumprimento de suas responsabilidades contratuais.

6.6. Os pagamentos devidos à CONTRATADA estarão condicionados ao recebimento, pelo CONTRATANTE, dos recursos financeiros repassados pelo Município de Betim, em conformidade com o Contrato de Gestão FMS03/2025, firmado entre as partes.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Observar rigorosamente a legislação aplicável, as normas técnicas pertinentes e as especificações definidas pela CONTRATANTE, bem como todas as cláusulas deste Contrato.

7.2. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, incluindo tributos incidentes e encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.

7.3. Executar os serviços com zelo, técnica, diligência, ética profissional e pontualidade, atendendo às prioridades e orientações da CONTRATANTE.

7.4. Responder por eventuais danos materiais ou prejuízos decorrentes de ação ou omissão própria no exercício da consultoria, arcando com os custos necessários à reparação.

7.5. Manter exclusivamente profissionais habilitados e tecnicamente qualificados para a execução das atividades previstas no objeto.

7.6. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, em prazo hábil, sempre que relacionados às atividades desenvolvidas ou a informações de natureza contábil, fiscal ou tributária.

7.7. Cumprir integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável às atividades de consultoria contábil e fiscal, incluindo normas do Conselho Federal de Contabilidade e demais órgãos reguladores.

7.8. Designar representante responsável para interlocução direta com a CONTRATANTE e acompanhamento da execução contratual.

7.9. Exibir, sempre que solicitado, documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como das habilitações técnicas exigidas para o exercício profissional.



7.10. Reconhecer que o presente contrato não implica solidariedade entre as partes, permanecendo cada qual responsável por suas próprias obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e comercial.

7.11. Em caso de ações judiciais, fiscais ou administrativas decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA ou seus profissionais, assumir integralmente a responsabilidade pelos custos, valores de condenação, taxas e honorários advocatícios, requerendo sempre a exclusão da CONTRATANTE do polo passivo.

7.12. Comprometer-se a não utilizar mão de obra infantil (salvo aprendiz, nos termos da legislação aplicável) nem trabalho forçado ou análogo à escravidão.

#### Obrigações técnicas específicas

7.13. Além das obrigações gerais anteriormente descritas, constituem obrigações específicas da CONTRATADA, em razão do objeto contratado:

- a) Prestar consultoria contábil e fiscal continuada, assegurando orientação técnica permanente à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações legais, contábeis, fiscais e tributárias;
- b) Realizar análise prévia de Notas Fiscais recebidas pela CONTRATANTE, verificando conformidade contábil, fiscal e tributária, indicando eventuais inconsistências e orientando as correções necessárias;
- c) Monitorar e interpretar alterações na legislação contábil, fiscal e tributária, comunicando à CONTRATANTE, de forma tempestiva, qualquer atualização normativa que impacte suas operações;
- d) Emitir pareceres técnicos, relatórios contábeis, demonstrativos e análises específicas sempre que solicitado, com rigor técnico e fundamentação normativa adequada;
- e) Assessorar a CONTRATANTE na elaboração, organização e validação de documentos contábeis indispensáveis à prestação de contas, incluindo conciliações, razão contábil, balancetes, demonstrativos e demais peças exigidas pela Administração Pública;

f) Fornecer suporte técnico-contábil em processos de auditoria, fiscalização ou diligências, disponibilizando documentos, informações e esclarecimentos necessários aos órgãos competentes;

g) Acompanhar processos internos de contratação de serviços quando envolverem impactos contábeis, fiscais ou tributários, elaborando análises, pareceres e orientações técnicas;

h) Manter registros, arquivos e informações tratadas no âmbito da consultoria de forma organizada, confidencial e prontamente acessível à CONTRATANTE sempre que solicitado;

i) Garantir a entrega tempestiva de todas as informações, pareceres, análises e documentos contábeis, especialmente aqueles vinculados a obrigações periódicas, prazos legais e à prestação de contas do Contrato de Gestão.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 Efetuar os pagamentos devidos conforme estipulado no contrato e repasses do Contrato de Gestão FMS03/2025

8.2 Designar representante com poderes de supervisão e controle do contrato, que será o responsável pelo relacionamento com a CONTRATADA.

8.3 Orientar, acompanhar e emitir parecer técnico sobre a execução do contrato, verificando o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações assumidas.

8.4 Exigir a fiel observância das especificações dos termos contratuais, bem como recusar o que não as contemplar, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

8.5 Disponibilizar informações necessárias à execução contratual;

8.6 Notificar a contratada em caso de irregularidades;

8.7 Garantir à CONTRATADA o acesso à área eventualmente cedida para execução dos serviços;

## **9. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA**



9.1. O critério para julgamento da proposta será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

9.2. Será considerada vencedora a proposta que ofertar o MENOR PREÇO GLOBAL, devendo o preço proposto incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes, em estrita observância a todos os requisitos técnicos previstos.

9.3. A proposta deverá ser apresentada acompanhada de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, com o detalhamento de todos os custos envolvidos.

## **10. DO VALOR DA PROPOSTA**

Para apresentação da proposta, a empresa participante deverá apresentar os valores totais relacionados com a prestação do serviço, conforme descrição, bem como instruir o a proposta com todas as documentações exigidas.

## **11. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A prestação/entrega do bem será destinada ao atendimento das demandas do Centro Materno Infantil – CMI, localizado na Rua Salvador Gonçalves Diniz, nº 35, Jardim Brasília, Betim-MG. CEP.: 32.671.540.

## **12. DAS SANÇÕES**

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas neste Contrato sujeitará a parte infratora às seguintes penalidades, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- a) Advertência por escrito, quando da primeira infração de menor gravidade;
- b) Multa de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de cláusula contratual relevante;
- c) Suspensão temporária da execução contratual ou de novos pagamentos, sem prejuízo da aplicação da multa, quando houver risco de dano ao interesse público ou ao regular funcionamento do CMI;
- d) Rescisão contratual imediata, em caso de descumprimento grave ou reiterado das obrigações.

12.2. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não exclui a obrigação da parte inadimplente de indenizar perdas e danos eventualmente causados.

### **13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

13.1. Os serviços prestados serão acompanhados e fiscalizados pelo Instituto Nacional de Amparo à Modernização da Gestão Pública – IMODERNIZAR - CONTRATANTE, o qual poderá solicitar relatórios, informações e esclarecimentos sempre que julgar necessário à solução de denúncias, dúvidas ou divergências.

13.2. A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Instituto ou de seus agentes e prepostos.

13.3. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor correspondente ao quantitativo de serviços efetivamente entregues, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, de acordo com os preços que serão contratados, condicionado à atestação expedida pela Diretoria e Coordenações responsáveis pelo acompanhamento dos serviços.

13.4. A CONTRATADA deverá ser notificada pelo CONTRATANTE em relação às irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigir.

13.5. Deverá ser recusado pelo CONTRATANTE qualquer serviço que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da CONTRATADA, inclusive material e horas gastas no trabalho.

13.6. O CONTRATANTE deverá ordenar imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a exclusivo critério do Instituto, seja considerada inconveniente.

13.7. O CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará o cumprimento das condições descritas neste Termo de Referência, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

13.8. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

## **14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. A eventual omissão ou tolerância de qualquer das partes em exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais não constituirá novação ou renúncia, nem prejudicará o direito de exigir seu cumprimento a qualquer tempo.

14.2. A presente contratação não gera, sob nenhuma hipótese, qualquer vínculo societário, empregatício, trabalhista ou previdenciário entre as partes, tampouco entre estas e os respectivos empregados, contratados ou prepostos. Cada parte permanecerá exclusiva e integralmente responsável por suas próprias obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, civis e penais, não cabendo à outra qualquer corresponsabilidade.

14.3. Em caso de atraso no repasse das parcelas de pagamento oriundas do Contrato de Gestão FMS03/2025, firmado entre o Instituto Nacional de Amparo à Modernização da Gestão Pública – IMODERNIZAR e o Município de Betim, não haverá incidência de juros ou encargos adicionais a serem pagos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, considerando tratar-se de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que depende exclusivamente dos recursos recebidos da Administração Pública.

14.4. O presente contrato será automaticamente rescindido, na mesma data e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, em caso de extinção ou advento do termo final do Contrato de Gestão FMS03/2025, firmado entre o Instituto e o Município de Betim.

## **15. DOS CASOS OMISSOS**

Eventuais situações não previstas neste Contrato serão resolvidas de comum acordo entre as partes, observados o objeto contratual e, supletivamente:

I – As disposições do Código Civil, especialmente:

- Arts. 421 a 480 (princípios gerais dos contratos, boa-fé, função social, interpretação, efeitos e extinção das obrigações);
- Arts. 593 a 609 (contrato de prestação de serviços, direitos e deveres das partes, formas de extinção, indenização e limites de contratação);

- Arts. 186, 187, 389 e 927 (responsabilidade civil por inadimplemento e obrigação de indenizar);

II – Os princípios da teoria geral dos contratos e as normas de direito privado aplicáveis, não configurando omissão contratual como novação ou renúncia de direitos.

## 16. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Betim/MG para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais resultantes da execução dos serviços;

17.2 A empresa deve cumprir todas as normas da vigilância sanitária, segurança do trabalho e legislação vigente aplicável;

17.3 A participação na cotação implica aceitação integral das condições aqui estabelecidas.

**Betim/MG, 12 de dezembro de 2025.**

**INSTITUTO NACIONAL DE AMPARO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO  
PÚBLICA – IMODERNIZAR**